

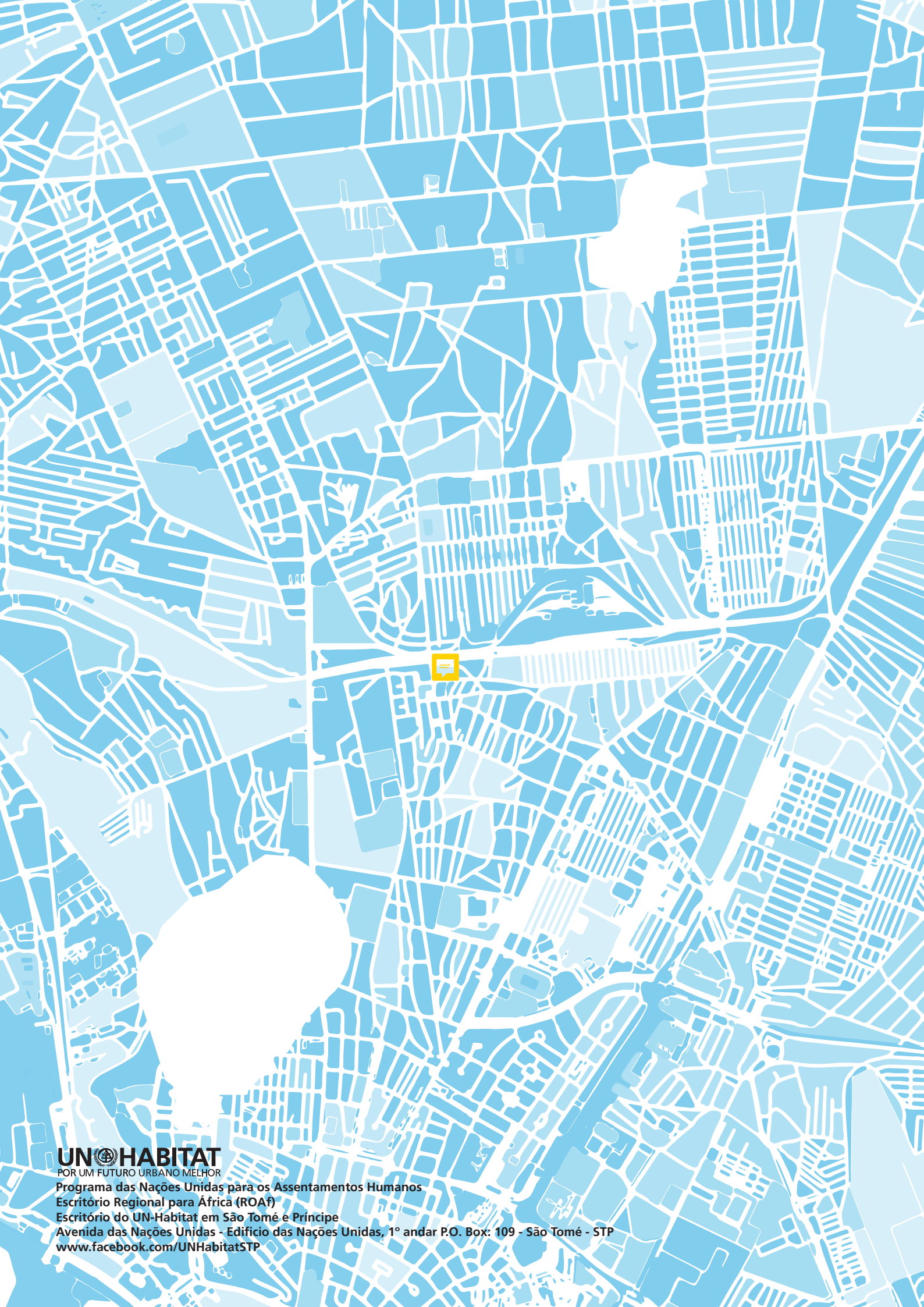
DOCUMENTO DO PROGRAMA-PAÍS DO UN-HABITAT EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2019-2021



Governo de São
Tomé e Príncipe

UN HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



UN HABITAT

POR UM FUTURO URBANO MELHOR

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

Escritório Regional para África (ROA)

Escritório do UN-Habitat em São Tomé e Príncipe

Avenida das Nações Unidas - Edifício das Nações Unidas, 1º andar P.O. Box: 109 - São Tomé - STP

www.facebook.com/UNHabitatSTP

DOCUMENTO DO PROGRAMA-PAÍS DO UN-HABITAT EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2019-2021



FIG 1. Diretora Executiva do UN-Habitat, Dra. Maimunah Mohd Sharif
© Julius Mwelu/UN-Habitat

**Prefácio da
Diretora Executiva do UN-Habitat**



FIG 2. Ministro de Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente, Dr. Oswaldo Abreu
© STPDigital

Prefácio do Ministro de Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente

O cenário da ocupação do solo em São Tomé e Príncipe nos últimos 30 anos tem sido marcado por uma forte urbanização construída de forma desordenada e desestruturada, por razões estruturais, organizacionais e de limitação de recursos, tanto financeiro quanto humano especializado. Na verdade, o processo de urbanização em São Tomé e Príncipe conheceu maior aceleração a partir de 1992, devido a extinção das empresas agrícolas (roças) com assentamentos em massa das populações nas periferias das cidades, em lugares desprovidos de estruturas básicas necessárias como acessos rodoviários adequados, redes de eletricidade e de água potável, sistema de saneamento, etc.

Hoje, com uma população urbana de 66,7%, segundo INE, o Governo de São Tomé e Príncipe tem de ver no desenvolvimento urbano sustentável uma oportunidade para a criação não só de um ambiente habitacional digno e apropriado para as populações, como também, para criação robusta de emprego e crescimento económico. Isso deve passar pelo fortalecimento da preservação da cultura e do meio ambiente e pela melhoria das condições de vida de todos as populações. Para alcançar estes objetivos, o governo nacional está a trabalhar em colaboração com as autoridades locais, setor privado, comunidades, organizações da sociedade civil e parceiros internacionais de desenvolvimento de forma a maximizar e potenciar todas as contribuições.

O governo de São Tomé e Príncipe pretende adotar políticas, ferramentas de planeamento territorial e urbano, documentos normativos e estratégias que visam a promoção do desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo, e promoção de melhor qualidade habitacional nas zonas rurais, sobretudo nas antigas roças. A Política Verde Urbana e Habitacional, o Plano Estratégico São Tomé 2030, o Plano de Desenvolvimento Espacial Participativo e Resiliente às Alterações Climáticas para as cidades de S. Tomé e Santo António e o Plano de Ação para Resiliência da Cidades nas Comunidades Vulneráveis são alguns dos exemplos.

Através da forte parceria que agora se inicia entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), que considerou os documentos estratégicos acima referenciados no desenvolvimento do seu Documento do Programa - País, totalmente alinhado com o programa do governo, que por sua vez privilegia e prioriza a política habitacional numa perspetiva social inclusiva. Este quadro de colaboração oferece uma oportunidade para se caminhar na implementação da Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, aproveito para exprimir o meu profundo apreço pelos esforços do Sistema das Nações Unidas em geral e, em particular do UN-Habitat, em se prontificar para contribuir para a implementação de projetos e programas em coordenação com instituições tuteladas pelo Ministério sob minha responsabilidade.

Em conclusão, tenho o prazer de reiterar o compromisso do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe através do Ministério de Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente para apoiar e acompanhar a mobilização de recursos para o sucesso da implementação deste Programa de País, para o bem-estar de toda a população de São Tomé e Príncipe.



FIG 3. Ilha de São Tomé
© BCSTP

Índice

Prefácio de Diretora Executiva do UN-Habitat	5
Prefácio do Ministro de Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe	7
1. Introdução	11
2. Contexto	13
2.1 Urbanização em São Tomé e Príncipe	
3. Quadro Legal, Institucional e Programático	17
3.1 Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe	
3.2 Programa do XVII Governo Constitucional	
3.3 UNDAF 2017 – 2021	
3.4 Quadro Institucional	
3.5 Plano Estratégico do UN-Habitat 2020-2025	
3.6 Quadro Legal	
3.7 Instrumentos Estratégicos e Programáticos	
4. Desafios e Oportunidades	27
5. Portfólio Atual do UN-Habitat em São Tomé e Príncipe	29
6. Propostas de Intervenções do UN-Habitat	31
6.1 Atividades propostas	
7. Modelos de Implementação	35
7.1 Ao nível nacional	
7.2 Apoio à UN-Habitat STP por parte do Escritório Regional para África (ROAf) e Unidades Temáticas da Sede	
7.3 Monitorização e Seguimento	
8. Plano Orçamental	37
9. Cronograma de Trabalho	37
10. Conclusão	39



FIG 4. Ilha do Príncipe
© Felix Vollmann/UN-Habitat

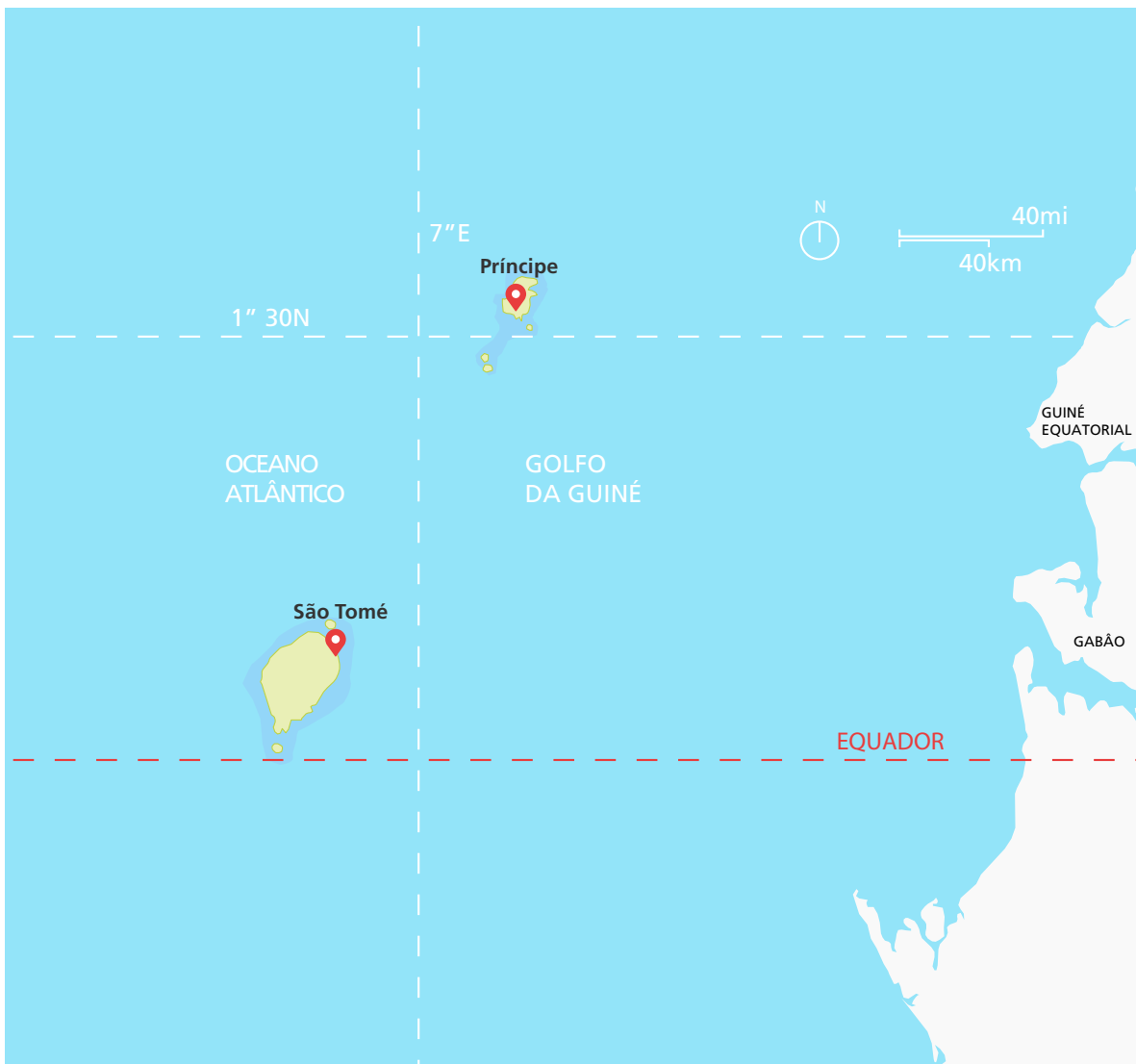
1. Introdução

O presente documento, adiante designado **“Documento do Programa País do UN-Habitat para São Tomé e Príncipe” (HCPD em sua sigla em inglês)**, tem por objetivo estabelecer um quadro estratégico para a implementação dos projetos e atividades do **Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat) em São Tomé e Príncipe**, para o período **2019-2021**. O HCPD está em alinhamento com o processo de desenvolvimento do país guiados pelos Documentos de Estratégia Nacional, nomeadamente: a Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe promulgada em 2003, o Programa do Governo de São Tomé e Príncipe, o Quadro da Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe (UNDAF) 2017-2021, assinado entre o Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas e o Governo de São Tomé e Príncipe através do Ministro de Negócios Estrangeiros e Comunidades (MNEC), a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a Nova Agenda Urbana (NAU).

O UN-Habitat é o programa das Nações Unidas encarregue da promoção de assentamentos humanos e cidades ambientalmente sustentáveis. A prioridade do UN-Habitat é implementar, ao nível dos países, as recomendações da Nova Agenda Urbana e apoiar os governos nacionais e locais na consecução das metas da Agenda 2030 - os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o objetivo 11, que almeja “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

O presente documento faz uma breve análise do contexto do país, incluindo as políticas, quadros institucionais, legais e estratégicos existentes e os atuais e principais desafios e oportunidades.

Com base nesta análise, são apresentadas propostas possíveis de intervenções a serem realizadas pelo UN-Habitat no país para o período 2019-2021, com o objetivo de assistir tecnicamente o governo de São Tomé e Príncipe para um desenvolvimento urbano mais sustentável. As ações aqui propostas refletem os eixos estratégicos do Programa do Governo e estão alinhadas com o UNDAF 2017-2021 (ambos detalhados na próxima seção), aumentando assim a coerência e priorizando o trabalho do UN-Habitat ao nível do país.



MAPA 1. Localização - São Tomé e Príncipe
© UN-Habitat

2. Contexto

São Tomé e Príncipe (STP) é um arquipélago com cerca de 197.700 habitantes¹, situado na Linha do Equador, a cerca de 300 km a ocidente do Gabão, na parte ocidental da África Central.

STP está dividido em duas ilhas, sendo que a ilha de São Tomé se divide em seis distritos e a do Príncipe constitui-se numa região autónoma. A maioria da população (mais de 170.000 habitantes) está concentrada na ilha de São Tomé, em especial no distrito de Água Grande, que acolhe a capital da ilha, com quase 76.000 habitantes.

Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição da população de São Tomé e Príncipe, por distrito e por capital do distrito, segundo estimativas para 2017 realizadas com dados do Recenseamento Geral da População de 2012.

Desde a sua independência em 1975, o País passou de um regime socialista monopartidário para um sistema democrático multipartidário nos anos 1990.

A sua economia é principalmente de base agrícola (em particular o cacau) e piscatória de subsistência, com um setor turístico e de pequena indústria em ligeiro crescimento. De acordo com dados do INE para 2017, o país regista um PIB total de 389 milhões de dólares (crescendo a uma taxa de pelo menos 10% nos últimos dois anos), perfazendo um valor per capita de quase 2 mil dólares.

O orçamento do País depende principalmente de financiamentos externos (em particular da União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e parceiros bilaterais) em forma de donativos (65%) e de crédito (35%).

¹ Segundo a projeção do INE em 2017

DISTRITO	CAPITAL	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO TOTAL (2017)	% URBA-NIZAÇÃO	POPULAÇÃO URBANA
1. Água Grande	São Tomé	17	75.974	100	75.974
2. Mé Zochi	Trindade	122	49.852	36,1	17.997
3. Cantagalo	Santana	119	19.006	60	11.404
4. Caué	S. João Angolares	267	7.132	59,8	4.265
5. Lembá	Neves	230	15.891	68,2	10.838
6. Lobota	Guadalupe	105	21.569	39,3	8.477
7. Reg. Autónoma Príncipe	Santo António	142	8.277	35,8	2.964
TOTAL			197.700	66,7	131.919

TABELA 1. Distritos de São Tomé e Príncipe (2018-2022).

© INE. Projeções Demográficas de São Tomé e Príncipe.

Resumo de Indicadores Demográficos, 2012 – 2035; Estimativas do INE para o ano 2017

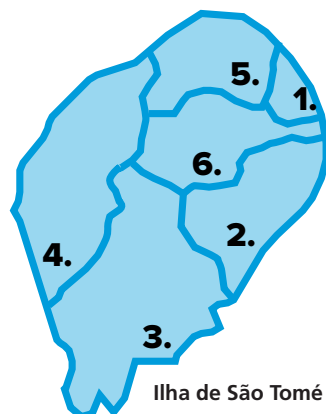


FIG 5. Distritos de São Tomé e Príncipe
© UN-Habitat

2.1 URBANIZAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Estudos demonstram que países com um baixo PIB per capita e uma economia em crescimento, em geral enfrentam uma forte aceleração da taxa de urbanização. De fato, a partir de 1992 observa-se em STP um forte êxodo rural para as capitais distritais, principalmente para a cidade de São Tomé, devido a extinção das empresas agrícolas. Como resultado, atualmente tem-se que a população urbana de STP é, de acordo com o INE para 2017, de 66,7% da população total. Se levarmos em conta os dados da UNDESA, que harmoniza globalmente os indicadores urbanos a população urbana de STP em 2019 é estimada em 72,8% da população total.

Dados do INE (2012) também revelam que, 94% da população tem acesso à água potável, 42% têm acesso ao saneamento básico e que 60% têm acesso à rede elétrica.

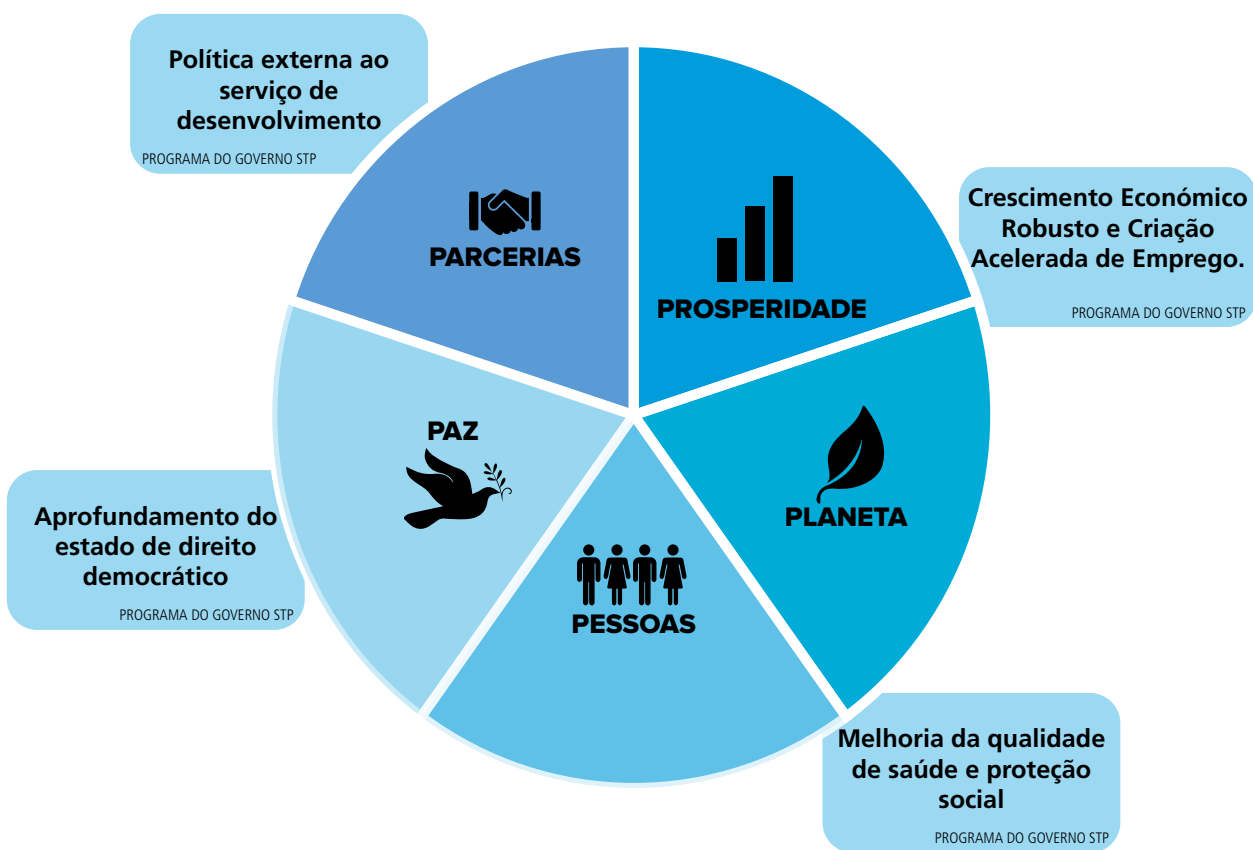


FIG 6. Eixos do Programa do Governo e os 5 pilares do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
© UN-Habitat

3. Quadro Legal, Institucional e Programático

A seguir é apresentado o contexto programático, institucional e legal no qual este HCPD para STP estará fundamentado.

3.1 Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe

A Constituição da República considera questões relativas ao desenvolvimento territorial e de acesso à habitação no seu artigo 49º, conforme segue:

“Artigo 49.º Habitação e Ambiente

1. Todos têm direito à habitação e a um ambiente de vida humana e o dever de o defender.
2. Incumbe ao Estado programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento do território.”

3.2 Programa do XVII Governo Constitucional

O Programa do XVII Governo Constitucional é o plano que guia o desenvolvimento a nível nacional no período 2018 - 2022 . O programa está diretamente alinhado com o cumprimento dos ODS e conta com os seguintes quatro eixos prioritários (Figura 5):

- Aprofundamento do estado de direito democrático
- Crescimento económico robusto e criação acelerada de emprego
- Melhoria da qualidade da saúde e proteção social
- Política externa ao serviço de desenvolvimento

No capítulo 2, seção 2.8, o Programa reconhece o papel que as infraestruturas, a urbanização e os serviços urbanos básicos podem ter no processo de desenvolvimento do país.

A construção de infraestrutura adequada é fundamental para a geração de emprego, tida como uma das reformas-chave no Programa do XVII Governo e para a qualidade de vida nos assentamentos urbanos e rurais.

O Programa do Governo também reconhece a ^a importância das cidades como uma prioridade para o eixo de Crescimento Económico Robusto e Criação Acelerada de Emprego. Dessa forma, deve-se tornar as cidades e os assentamentos humanos (urbanos e rurais) inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, pela promoção da resiliência urbana e rural sustentável e do entendimento da natureza como fonte de riqueza, no contexto terrestre e marítimo.



FIG 7. Plano-Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento em São Tomé e Príncipe - UNDAF 2017 - 2021
© Nações Unidas STP

3.3 UNDAF 2017-2021

O Quadro da Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe - UNDAF 2017 – 2021 na ótica de um Desenvolvimento Equitativo, Inclusivo e Sustentável, acordado com o Governo de São Tomé e Príncipe, constitui a base para a contribuição das agências das Nações Unidas para as prioridades de desenvolvimento nacional, estabelecidas no Programa do XVII Governo. De maneira geral, o UNDAF se estrutura em cinco pilares, os cinco Ps: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz, e Parcerias (Figura 6).

Com o endosso do UNDAF 2017-2021, o Governo de São Tomé e Príncipe juntamente com o sistema das Nações Unidas se comprometem a promover uma cooperação sólida e uma parceria eficiente para atingir os objetivos planeados e, por este meio, contribuir para um desenvolvimento humano, igualitário e inclusivo do país.

Com um entendimento comum da situação e dos desafios do país, e alinhados com os ciclos de programas e prioridades nacionais, o UNDAF 2017-2021 identifica um conjunto de prioridades para apoiar a consolidação do desenvolvimento igualitário, inclusivo e integrado do país. Essas prioridades estão centradas em três áreas estratégicas:

3.3.1 Desenvolvimento Urbano Sustentável

- Planeamento Urbano Participativo
- Melhoria dos Bairros Precários
- Energias Limpas
- Infraestruturas Urbanas Resilientes
- Moradias Adequadas

3.3.2 Melhorias de Condições de Vida no Meio Rural

- Dotação do meio rural com infraestruturas resilientes e de qualidade
- Melhoria de condições de habitabilidade no meio rural através da promoção de habitação condigna

3.3.3 Adoção de Políticas Promotoras de um Desenvolvimento Territorial Equilibrado

- Promoção de polos de desenvolvimento ao nível dos diferentes distritos
- Desenvolvimento económico local, através da promoção de actividades geradoras de renda, atingindo especialmente jovens e mulheres
- Desenvolvimento do empreendedorismo
- Promoção de empregos verdes
- Desenvolvimento de empresas turísticas



FIG 8. Comunidade Sundry, Ilha do Príncipe
© Felix Vollmann/UN-Habitat

3.4 Quadro Institucional

Identificadas as áreas temáticas do UN-Habitat, os pilares do UNDAF 2017-2021 e as linhas de orientação do Programa do Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, torna-se relevante identificar um quadro institucional para o exercício de atividades do UN-Habitat no país.

Para o efeito, o objetivo de constituir UN-Habitat parceiro do Estado de São Tomé e Príncipe no apoio à realização dos ODSs, principalmente o ODS 11 e aqueles relacionados com questões de desenvolvimento territorial e urbano, consubstancia-se no quadro formal da cooperação existente entre o Sistema das Nações Unidas e o Governo de São Tomé e Príncipe e as seguintes instituições públicas:

Instituições	Direções / Estrutura Técnica	Atribuições	
Ministério de Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA)	Direção Geral do Ambiente	Direção de Conservação, Saneamento e Qualidade Ambiental	
		Direção Jurídica, Administrativa e Estudo de Impacte Ambiental	
		Direção de Comunicação e Estatística Ambiental	
	Direção de Obras Públicas e Urbanismo Instituto de Habitação e Imobiliário Serviços Geográficos e Cadastrais	Formulação, proposição, coordenação e execução de políticas nas áreas de: obras públicas e infraestruturas, ordenamento do território, urbanismo, habitação, energia, ambiente, e gestão e conservação dos recursos naturais.	
Ministério do Plano, Finanças e Economia Azul (MPFEA)	Direção da Descentralização	Câmaras Distritais	Gestão urbanística, saneamento de base, gestão, reabilitação e manutenção de equipamentos públicos (jardins, mercados, praças, etc.).
Governo da Região Autónoma do Príncipe	Secretaria Regional do Ambiente e Sustentabilidade	Direção Regional do Ambiente e Conservação da Natureza	
Direção Regional de Obras Públicas, Urbanismo e Ordenamento do Território			
Direção Regional de Conservação e Manutenção Patrimonial			
Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural (MAPDR)	Direção da Reforma Fundiária		Formulação, proposição e execução de políticas nos domínios da agricultura, competindo-lhe assegurar a distribuição de terras.
Ministério da Defesa e Ordem Interna	Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil		Coordenação e gestão de riscos de acidentes graves e catástrofes ou calamidades.
	Conselho Nacional de Preparação e Resposta às Catástrofes (CONPREC)		
Organizações Não Governamentais (ONGs)	Alisei, Conselho Nacional da Juventude (CNJ), ADAPA, Zatona Adil		Associações e grupo de stakeholders, ONGs nacionais e internacionais operam em áreas de intervenção técnica no âmbito do mandato do UN-Habitat.
Universidades e Instituições de Pesquisa	Universidade Lusíada de STP, Universidade de STP, IUCAI		Capacitação de quadros e produção de estudos e pesquisas.
UNCT/Organismos internacionais	ILO, FAO, PAM, PNUD, UNICEF, UNFPA, WHO, BAD, UE, BM		Mobilização de fundos e parcerias para implementação de projetos.
Sector Privado	Bancos Comerciais e associações profissionais		Fornecimento de bens e serviços.

TABELA 2. Instituições parceiras do UN-Habitat
© UN-Habitat

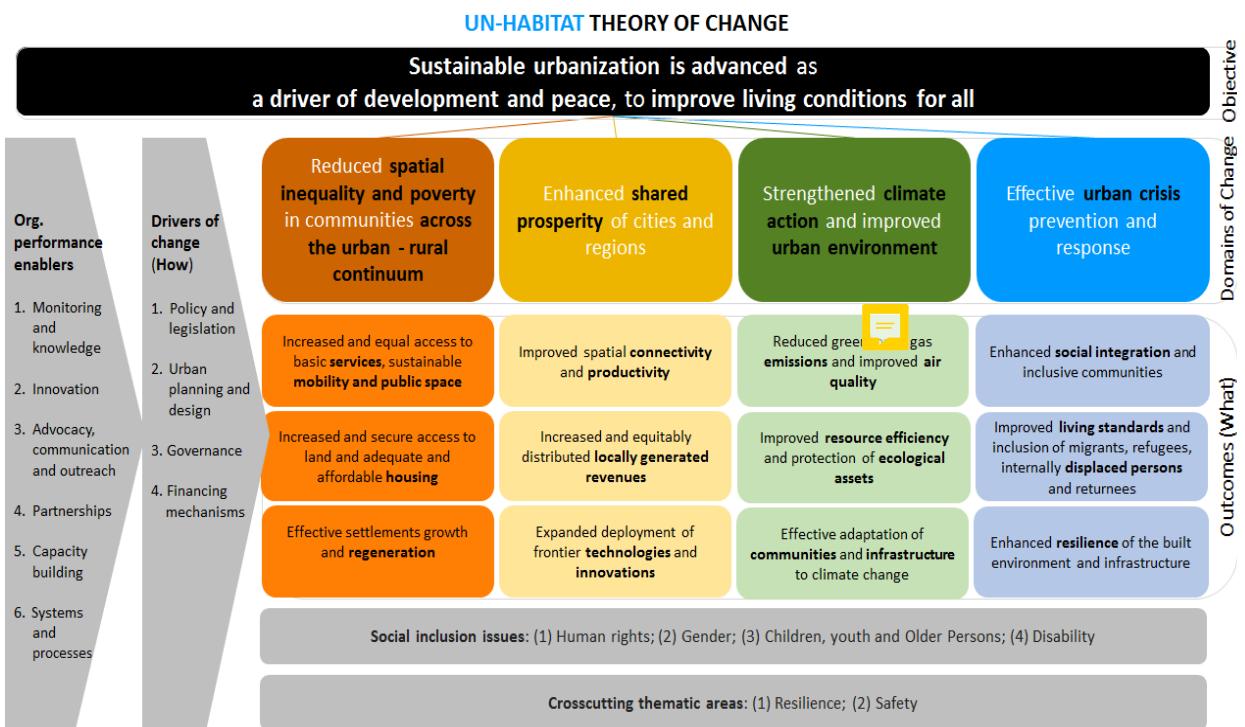


FIG 9. Plano Estratégico do UN-Habitat 2020-2025
© UN-Habitat

3.5 Plano Estratégico do UN-Habitat 2020-2025

É importante notar que o UN-Habitat conta com um plano estratégico atualizado para o período 2020-2025, o qual serve de guia para sua atuação a nível global. Assim, o HCPD para São Tomé e Príncipe, além de considerar os planos a nível nacional e internacional mencionados neste documento, leva como base conceitual também este plano.

INSTRUMENTO JURÍDICO	CONSIGNAÇÃO
Lei n.º 1/2003 – Lei de Revisão Constitucional	Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe
Lei n.º 4/94 – Estatuto da Região Autónoma do Príncipe	Estabelece o estatuto especial da ilha do Príncipe enquanto Região Autónoma
Lei n.º 10/2005 – Lei de Revisão da Lei Quadro das Autarquias Locais	Estabelece o quadro de atuação das autarquias locais
Lei n.º 3/91, de 31 de Julho – Lei da Terra	Regulamenta o regime jurídico do uso privativo da terra integrada no domínio público do Estado
Decreto-Lei n.º 4/79, de 14 de Fevereiro – Regime Jurídico de Terras para Urbanização	Define os princípios e normas fundamentais sobre a política de solos para fins urbanísticos
RGCHC – Regulamento Geral de Construções e Habitação Urbana	Regulamenta o regime de construções e de habitação urbana
PNOT	Toda a Legislação em produção no domínio de Ordenamento do Território e Urbanismo, no âmbito do Projeto Nacional de Ordenamento do Território (PNOT)

TABELA 3. Principais instrumentos jurídicos relacionados às intervenções do UN-Habitat
© UN-Habitat

Instrumentos Estratégicos	Fonte
Diretrizes Internacionais para Planeamento Urbano e Territorial	UN-Habitat
Diretrizes Internacionais sobre a Descentralização	UN-Habitat
Índice de Prosperidade da Cidade (CPI) e Iniciativa para a Prosperidade das Cidades	UN-Habitat
Ferramenta para o Planeamento de Ações de Resiliência da Cidade (CityRAP)	DiMSUR, UN-Habitat e GFDRR
Matriz de Funções (MoF) e Quadro de Desenvolvimento Espacial (SDF)	UN-Habitat
Princípios do Programa de Melhoramento Participativo de Bairros Precários (PSUP)	UN-Habitat
Abordagem Tridimensional	UN-Habitat

TABELA 4. Instrumentos Estratégicos
© UN-Habitat

3.6 Quadro Legal

No cômputo geral, São Tomé e Príncipe dispõe de um quadro legal e regulamentar bastante limitado e desatualizado face às suas exigências.

Em regra, são nos domínios de ordenamento do território, urbanismo, construção, habitação e terras que esta limitação se faz sentir com maior acuidade. Os instrumentos legais e regulamentares nestes domínios são quase inexistentes ou, quando existem, em sua maioria data do período colonial.

Na tabela ao lado, listam-se os principais instrumentos jurídicos que suportam as intervenções nos domínios de presença do UN-Habitat.

3.7 Instrumentos Estratégicos e Programáticos

A atuação do UN-Habitat em São Tomé e Príncipe deverá apoiar-se nos seguintes instrumentos estratégicos. (Ver tabela ao lado)



FIG 10. Macaco Beach, Island of Príncipe
© TCB

4. Desafios e Oportunidades

No quadro a seguir são elencados os principais desafios enfrentados por São Tomé e Príncipe e as oportunidades de desenvolvimento a eles relacionadas. É bom base nestes que se identificarão as atividades propostas para este HCPD.

Desafios	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Falta de infraestrutura para apoiar o crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> Geração de emprego e inclusão social através de investimentos em infraestruturas urbanas resilientes e de qualidade
<ul style="list-style-type: none"> Degradação do meio natural nas regiões costeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da Economia Azul, com turismo sustentável e aproveitamento responsável dos recursos Recuperação das áreas degradadas
<ul style="list-style-type: none"> Qualidade do ar em deterioração nas áreas urbanas 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção da resiliência urbana, por meio de ações de planificação urbana
<ul style="list-style-type: none"> Dependência de geradores na produção elétrica 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da geração de energia, por meio da promoção de energias limpas e sustentáveis como a mini-hídrica Implementação de programas para eficiência energética e de mudança da matriz energética
<ul style="list-style-type: none"> Quadro jurídico e regulamentar em áreas de atuação do UN-Habitat desatualizados 	<ul style="list-style-type: none"> Concepção e atualização de um quadro jurídico e regulamentar para os domínios de terra, urbanismo, construção e habitação
<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de instrumentos de natureza técnica e regulamentar 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio na implementação das orientações do Plano Nacional de Ordenamento do Território Elaboração de uma Política Nacional de Urbanização e de Habitação
<ul style="list-style-type: none"> Autarquias com fraca capacidade de intervenção ao nível territorial 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à reinstalação da Associação das Autarquias Locais e Regional Desenvolvimento de um programa adequado de formação para eleitos e quadros das autarquias locais
<ul style="list-style-type: none"> Elevada taxa de urbanização Aumento de assentamentos precários Êxodo rural Infraestruturas urbanas em estado de ruínas Deficientes condições de acessibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio de maneira prioritária a meta 11 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Desenvolvimento de programas para a reabilitação e reconversão urbana em assentamentos precários Definição em planos de ocupação do solo, de áreas de expansão urbana Elaboração de um Programa Nacional de Urbanização
<ul style="list-style-type: none"> Acesso inadequado aos serviços básicos urbanos, nomeadamente saneamento e gestão de resíduos sólidos 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programas integrados de saneamento básico, valorizando a participação de todos os atores, incluindo associações de moradores
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de uma abordagem de planificação urbana participativa e de competências técnicas 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de uma educação básica sobre urbanização, com a metodologia participativa no processo de planeamento urbano Dinamização do papel da Ordem dos arquitetos e engenheiros no planeamento e desenvolvimento urbano Instituição de programas de reforço de capacidades nacionais nos domínios da planificação urbana, sistemas de informações geográficas, cartografia e ordenamento
<ul style="list-style-type: none"> Alto índice de desemprego, sobretudo nas camadas jovens e nos centros urbanos 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de oportunidades de desenvolvimento económico Desenvolvimento de condições para uma robusta criação de empregos
<ul style="list-style-type: none"> Pequeno Estado insular, altamente vulnerável aos fenómenos das alterações climáticas 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de instrumentos de gestão resilientes e de respostas rápidas

TABELA 5. Desafios e Oportunidades no contexto de STP
© UN-Habitat



FIG 11. Sustainable and Participatory Resettlement Project of the Roça Sundy Community - Island of Príncipe
© UN-Habitat



FIG 12. Plano de Desenvolvimento Sustentável da Ilha do Príncipe – Príncipe2030 - Ilha do Príncipe
© UN-Habitat



FIG 13. Construção da Resiliência Urbana e Redução do Risco nos PALOPS - Bairro do Riboque (Água Grande)/ Bairro de Água Tomá e Rosema (Neves) © UN-Habitat

5. Portfólio Atual do UN-Habitat em São Tomé e Príncipe

Em 1 de Dezembro de 2015, foi estabelecido um Escritório Nacional do UN-Habitat em São Tomé, graças à uma contribuição financeira do Fundo de Adaptação às Mudanças Climáticas ao UN-Habitat, realizada no final de 2014.

Desde então, o UN-Habitat faz advocacia de alto nível junto à sociedade civil, a Academia, órgãos do Governo e parceiros de desenvolvimento, por meio de debates, palestras e assistências técnicas sobre a NAU e os ODSs.

Em Agosto de 2017, o UN-Habitat estabeleceu um escritório em Santo António, na Ilha do Príncipe, onde mantém, actualmente, o projeto de Reassentamento Participativo e Sustentável da Comunidade Roça Sundy. O projeto corre, em parceria com o Governo Regional da Ilha do Príncipe e com a Empresa HBD, e é destinado a melhorar as condições de 504 pessoas, através da construção de 133 moradias adequadas, dignas e de acordo aos padrões de sustentabilidade ambiental e social na Ilha do Príncipe.

Destaca-se também a conclusão, em dezembro de 2017, do projeto Redução do Risco e Reforço da Resiliência Urbana (RRRU), cuja Ferramenta para o Planeamento de Ações de Resiliência da Cidade (CityRAP) foi aplicada em S. Tomé e Neves, capitais de Água Grande e Lembá.

Além da instalação dos Escritórios em São Tomé e em Príncipe, o UN-Habitat escreve projetos para a captação de fundos de financiamento, como por exemplo:

- Política e estratégia nacional de habitação, apresentado ao Banco Africano de Desenvolvimento em Fev/2016;
- Índice de prosperidade para a cidade, aplicável às cidades de S. Tomé, Trindade e Neves, apresentado ao Banco Africano de Desenvolvimento em Março/2016;
- Projeto de apoio ao alargamento da base tributária em sede do SIZA e da Contribuição Predial Urbana, apresentado ao PNUD e ao Banco Mundial em Maio de 2016.

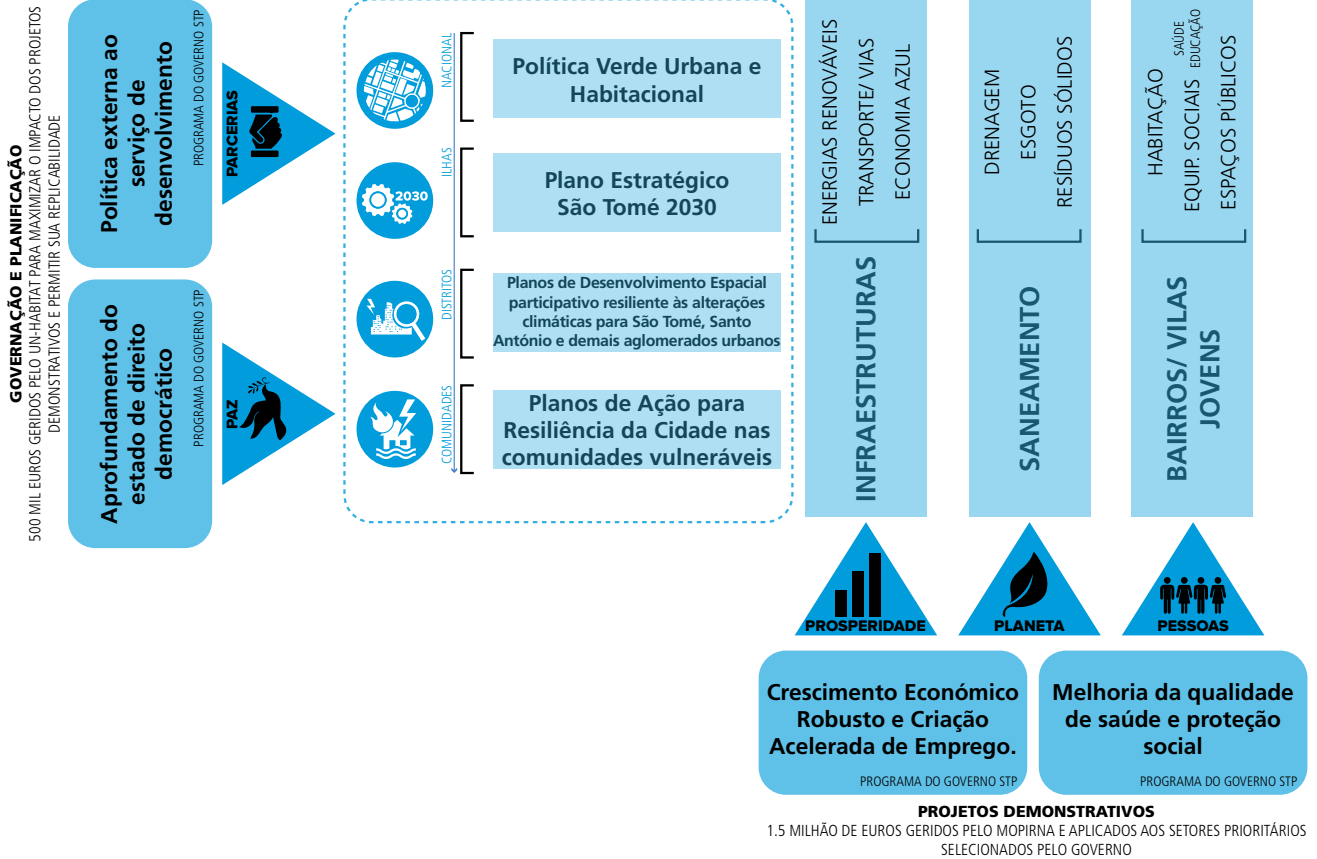


FIG 14. Relação entre as Prioridades Programáticas de STP e as áreas de intervenções propostas pelo UN-Habitat
© UN-Habitat

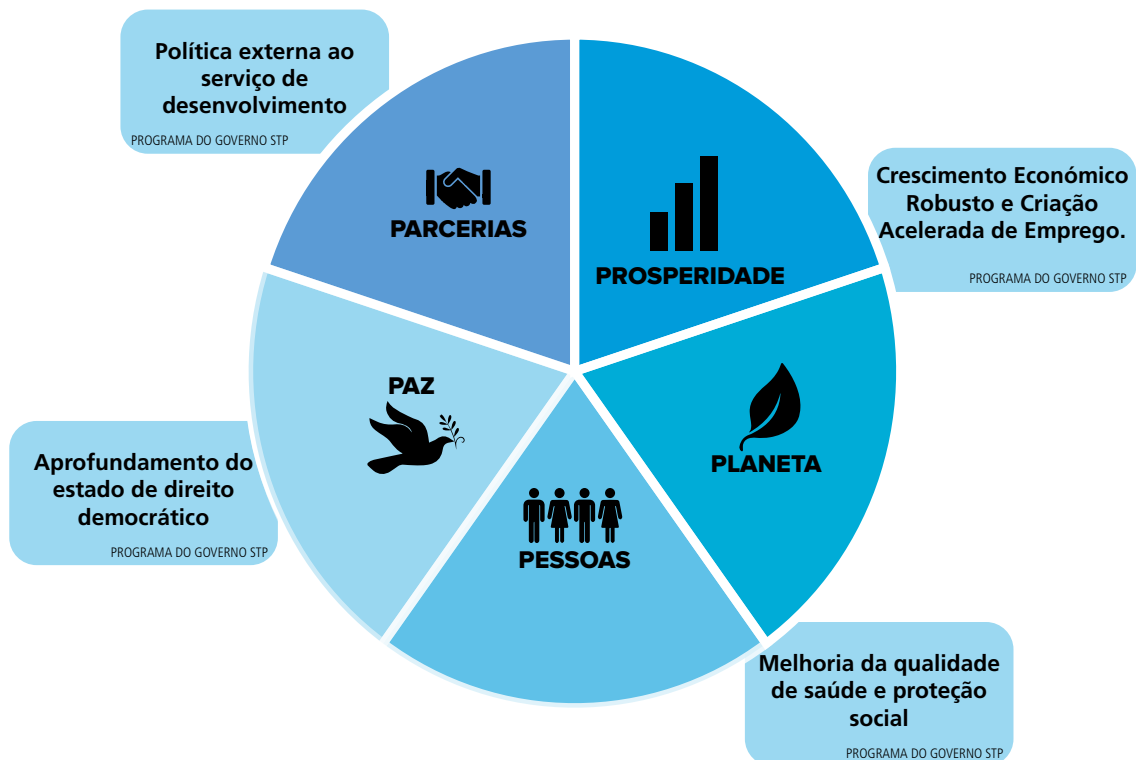


FIG 15. Relação entre as Prioridades Programáticas de STP e os 5Ps para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
© UN-Habitat

6. Proposta de intervenções do UN-Habitat

O UN-Habitat estabelece como linha de intervenção prioritária apoiar o Governo Central, o Governo Regional e as Autarquias Locais nos desafios que o país enfrenta. Estes incluem, entre outros, a deterioração das infraestruturas e a capacidade de prestação de serviços, a perda dos recursos naturais por falta de eficiência e de tecnologias apropriadas, os impactos da redução da resiliência às mudanças climáticas devido à atividade humana insustentável, e os impactos negativos que estes processos têm sobre o valioso ambiente natural.

Além disso, no conjunto das atividades que UN-Habitat pretende desenvolver em São Tomé e Príncipe inclui-se:

- A elaboração de um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé** para o horizonte 2030, alinhando as prioridades nacionais de desenvolvimento com as agendas globais relevantes sobre mudança climática (Agenda 2030, Acordo de Paris, Caminho de SAMOA, Metas de Aichi, Marco de Sendai e a Nova Agenda Urbana).
- A definição de uma **Política Verde de Urbanização e Habitação**, focando especificamente na reforma legal e institucional e, finalmente, na capacitação em questões de mudanças climáticas.
- **Planos de desenvolvimento espacial** sensíveis ao clima para São Tomé e Santo António, as duas grandes aglomerações urbanas do país. Além disso, **exercícios participativos de planeamento de ações de resiliência** das cidades ao nível de comunidade serão feitos para priorizar investimentos para melhorar a resiliência urbana.
- Implementação de diversas **atividades de “rápidos impacto”**, incluindo aquelas priorizadas nos exercícios de planeamento de ações de resiliência, para demonstrar os impactos de maneiras práticas, simples e envolventes para as comunidades.

6.1 Atividades propostas

O UN-Habitat propõe desenvolver um conjunto de atividades, segundo uma abordagem multi-nível e multi-escala, de uma forma integrada e interdependente, de maneira a apoiar o Governo nos seus quatro objetivos programáticos e em linha com os 5Ps para o Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, o UN-Habitat pretende prestar assistência técnica ao Governo com os 6Ps (Política Pública, Planeamento Participativo e Programação Perfeita) que funciona como um facilitador para os 5Ps.

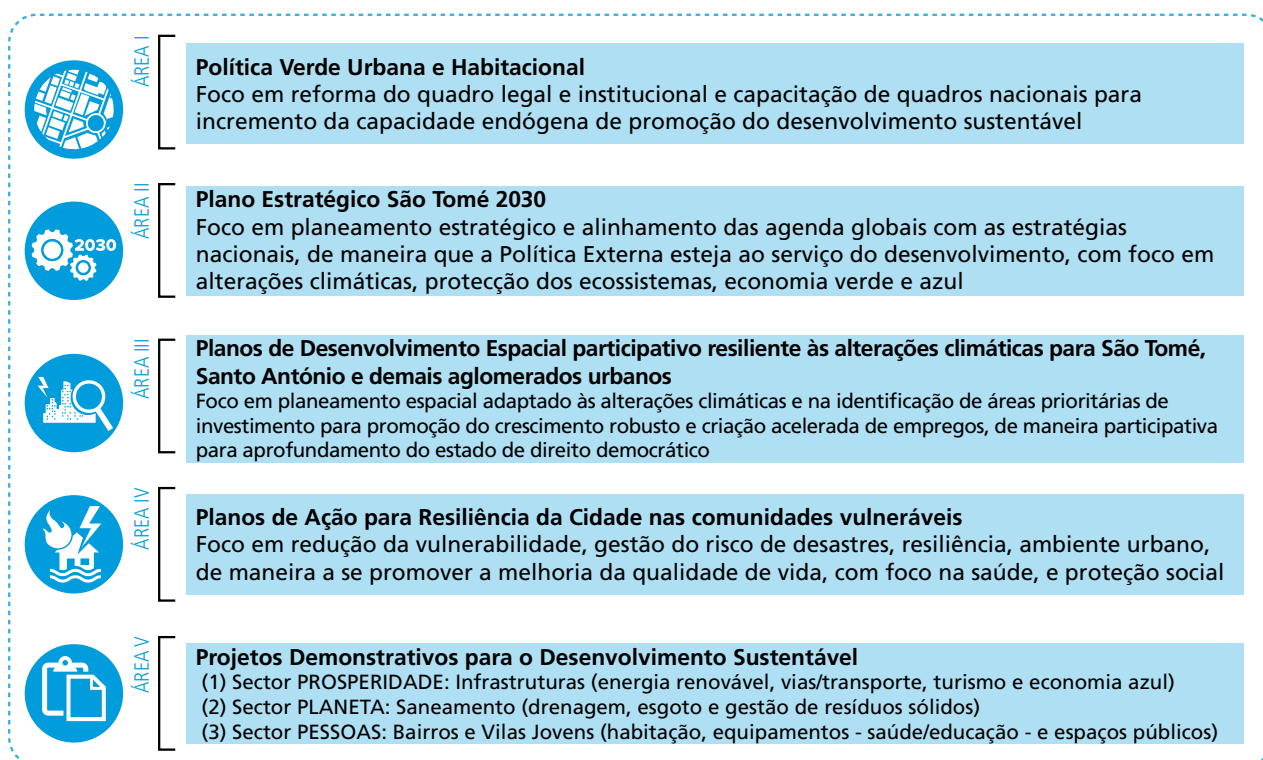


FIG 16. Áreas de intervenções do UN-Habitat
 © UN-Habitat

As atividades estão organizadas segundo cinco (5) áreas de intervenção, conforme segue:

- Na **área I (revisão de políticas com base nas melhores práticas internacionais)**, pretende-se desenvolver a Política Verde Urbana e Habitacional para o horizonte 2036, alinhada a Nova Agenda Urbana e outras agendas globais, concentrando-se principalmente na identificação de questões-chave nos marcos legais e institucionais, financiamento e capacitação relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Será dada especial atenção à integração das questões da Economia Verde e Azul, bem como à gestão sustentável da terra. Esta revisão do quadro legal e institucional, complementada pela capacitação de quadros nacionais, tem por objetivo a criação de condições endógenas para a promoção do desenvolvimento sustentável. A utilização das melhores práticas internacionais como base para reformas legais e institucionais coaduna-se com a prioridade programática de utilizar a Política Externa a serviço do desenvolvimento.
- Na **área II (alinhamento às agendas globais)**, o UN-Habitat pretende apoiar o Governo no alinhamento de estratégias e programas nacionais com agendas internacionais relevantes, principalmente a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários, o Caminho de Samoa para o Desenvolvimento de Pequenos Estados Insulares, o Marco de Sendai, a Nova Agenda Urbana, entre outros. Isso será feito de maneira a fornecer um quadro de monitorização comum e uma plataforma de coordenação para doadores, investidores privados e parceiros de desenvolvimento, efetivando a Política Externa ao serviço do desenvolvimento.
- A **área III (planeamento espacial participativo)** incidirá no desenvolvimento de planos de desenvolvimento espacial participativos e resilientes às alterações climáticas para São Tomé, Santo António e demais aglomerações urbanas, apoiando os governos locais na identificação de áreas prioritárias de investimento para promoção do Crescimento Robusto e Criação Acelerada de Empregos, de maneira participativa para o aprofundamento do Estado de direito democrático.
- Na **área IV (programação participativa das ações de resiliência e inclusão social)**, pretende-se elaborar exercícios de Planos de Ação Participativos de Resiliência das Comunidades, com base na metodologia CityRAP, em áreas selecionadas e identificadas como vulneráveis às mudanças climáticas e caracterizadas pela ausência de sistemas de proteção social. O resultado final dos exercícios CityRAP's será o Quadro de Ação de Resiliência para a Comunidade (QARC), com a definição das prioridades, pelas próprias comunidades, para a melhoria da qualidade de saúde e proteção social. O aspecto participativo novamente promove o aprofundamento do Estado de direito democrático.
- A **área V (projetos demonstrativos para o desenvolvimento sustentável)** terá sua gestão feita pelo Ministério de Obras Públicas, Infraestrutura e Recursos Naturais (MOPIRNA), que priorizará os investimentos em alinhamento com as três dimensões do desenvolvimento sustentável, social (foco nas Pessoas), económico (foco na Prosperidade) e ambiental (foco no Planeta). Os projetos demonstrativos poderão ser, se assim desejar o MOPIRNA, apoiados pelo UN-Habitat por meio de assistência técnica, de maneira que os mesmos possam ser replicados de maneira sustentável e tenham seu impacto maximizado.

INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS	FONTE
Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial	UN-Habitat
Diretrizes Internacionais sobre a Descentralização	UN-Habitat
Índice de Prosperidade da Cidade (CPI) e Iniciativa para a Prosperidade das Cidades	UN-Habitat
Ferramenta para o Planejamento de Ações de Resiliência da Cidade (CityRAP)	DiMSUR, UN-Habitat e GFDRR
Matriz de Funções (MoF) e Quadro de Desenvolvimento Espacial (SDF)	UN-Habitat
Princípios do Programa de Melhoramento Participativo de Bairros Precários (PSUP)	UN-Habitat
Abordagem Tridimensional	UN-Habitat

TABELA 6. Instrumentos Estratégicos do UN-Habitat
© UN-Habitat

7. Modelos de Implementação

7.1. Ao nível nacional

As intervenções da UN-Habitat estão alinhadas com as prioridades identificadas pelo programa do Governo e os projetos das diversas agências do Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe. A implementação do UNDAF será monitorizada e avaliada pelo Comitê de Avaliação e Monitorização de cada área estratégica, com o apoio do grupo para Monitorização e Avaliação das Nações Unidas e do INE. Essa tarefa será realizada com base nos princípios da Gestão Baseada em Resultados e na Abordagem Baseada em Direitos Humanos.

O UNCT, no qual UN-Habitat é representado pelo Chefe de Programa, irá supervisionar a implementação, além de realizar a monitorização, avaliação e a produção de relatórios sobre o progresso nos diferentes projectos e programas do UNDAF.

O Chefe de Programa com o apoio da equipe responsável dos projetos fará parte dos diferentes mecanismos de coordenação para a implementação do UNDAF, assim como os Grupos Temáticos do UNCT, compostos por especialistas das agências do Sistema das Nações Unidas, representantes do Estado, da sociedade civil e doadores.

7.2 Apoio por parte do Escritório Regional para África (ROAf) e Unidades Temáticas da Sede

O coordenador responsável pelo portfólio em São Tomé e Príncipe será um Oficial Sênior de Assentamentos Humanos do Escritório Regional para África (ROAf), baseado em Nairobi, na República do Quênia.

Assegura a representação da agência um(a) Country Manager, cuja estação de serviço será São Tomé assegurando a representação ao nível nacional e no UNCT. O(a) Chefe de Programa será responsável por assegurar a coerência entre o engajamento da Agência e suas Unidades Temáticas a nível nacional, tendo em conta tratar-se de uma Agência Não residente, responderá diretamente ao Coordenador responsável por São Tomé e Príncipe baseado em Nairobi (ROAf).

Espera-se que as Unidades Temáticas da Sede forneçam o apoio para a implementação desse Programa para o país, em coordenação com o ROAf e com a ciência plena do Chefe da Agência (HoP). Projetos globais e programas (p. ex., GHS, GLTN, ASUD, PSUP, ICP) que incluem São Tomé e Príncipe e que são administrados pelas Unidades Temáticas necessitam ser implementados em sinergia total e coordenação com projetos, programas e atividades correntes do UN-Habitat a nível de São Tomé e Príncipe. Isso será somente possível caso haja garantia de boa comunicação entre o ROAf e o Chefe da Agência. Em especial, as missões da Sede para São Tomé e Príncipe devem ser comunicadas com antecedência ao ROAf para que estas possam ter pleno impacto e para que sejam conduzidas de forma eficiente.

7.3 Monitorização e Seguimento

Em adição ao seguimento dado como parte dos planos já instaurados (como detalhado na Seção 7.1), o HCPD será monitorado de acordo com indicadores e processos específicos definidos para cada uma das atividades descritas na Seção 6. De maneira geral, o progresso do HCPD será avaliado anualmente, com a produção de um relatório no qual se detalhará os projectos desenvolvidos, os desafios e sucessos correspondentes, e o quanto estes contribuem para o cumprimento das metas e objectivos estabelecidos tanto no HCPD, quanto nos programas de governo a nível regional e nacional, no UNDAF e, de maneira mais abrangente, a NUA e os ODSs.

Descrição	2019 (EUR)	2020 (EUR)	2021 (EUR)	Total (EUR)
RECEITAS				
Cooperação Bilateral entre MOPIRNA e Ministério do Ambiente (IMELS) – Itália	2.000.000	2.000.000	2.000.000	6.000.000
ORÇAMENTO POR ATIVIDADES/ÁREAS DE INTERVENÇÃO				
ÁREAS DE INTERVENÇÃO I, II, III E IV (Política, Planificação e Programação) – UN-Habitat				
Política Verde Urbana e Habitacional	150.000	100.000	0	250.000
Plano Estratégico São Tomé 2030	150.000	0	0	150.000
Plano Espacial Participativo de São Tomé	200.000	0	0	200.000
Plano Espacial Participativo de Santo António	0	150.000	0	150.000
Planos Espaciais Participativos (demais aglomerados urbanos nos 5 distritos de ST)	0	150.000	150.000	300.000
Programas de Ação para a Resiliência das Comunidades Vulneráveis – 14	0	100.000	350.000	450.000
SUBTOTAL	500.000	500.000	500.000	1.500.000
ÁREA DE INTERVENÇÃO V (Projetos demonstrativos para o Desenvolvimento Sustentável) – MOPIRNA				
SANEAMENTO	1.500.000	A definir	A definir	A definir
INFRAESTRUTURAS	0	A definir	A definir	A definir
VILAS/BAIROS JOVENS	0	A definir	A definir	A definir
OUTROS PROJETOS	0	A definir	A definir	A definir
SUBTOTAL	1.500.000	1.500.000	1.500.000	4.500.000
TOTAL GERAL	2.000.000	2.000.000	2.000.000	6.000.000

TABELA 7. Orçamento Estimativo para Implementação do HCPD (maio/19 a dezembro/21) (em EUROS)
© UN-Habitat

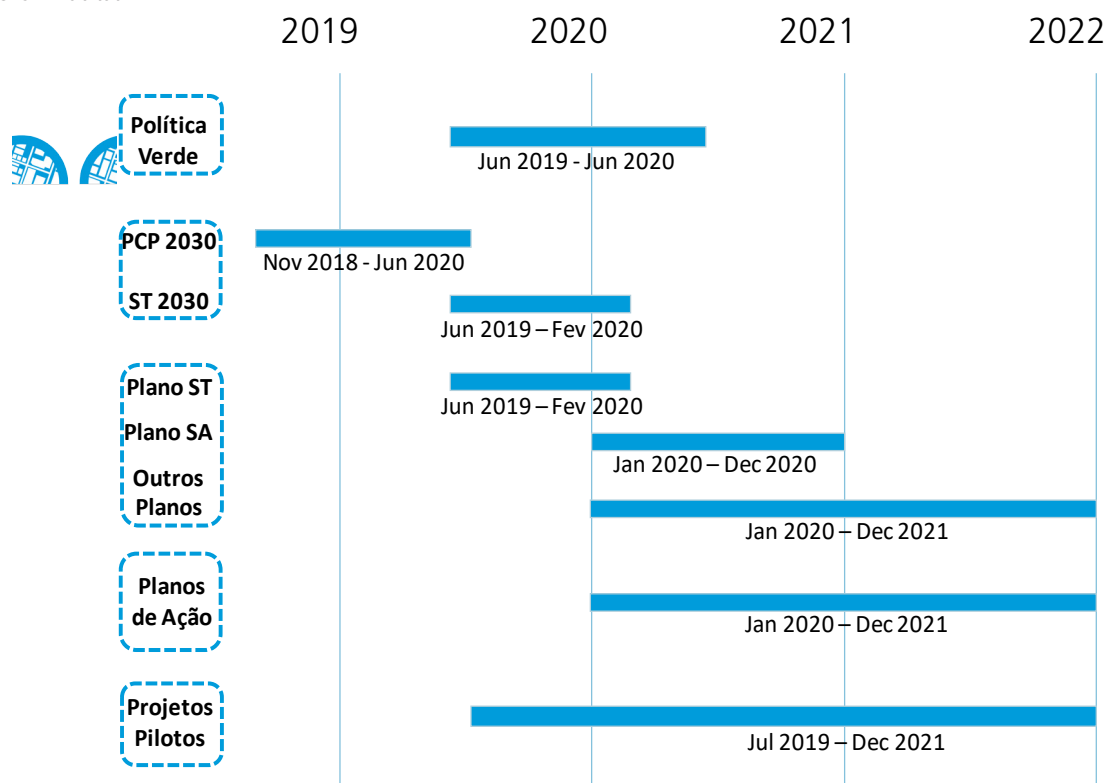


FIG 17. Cronograma
© UN-Habitat

8. Plano Orçamental

No quadro actual, em São Tomé e Príncipe é solicitado do UN-Habitat apoio técnico substantivo para a formulação de instrumentos 6Ps de Política Pública, Planeamento Participativo e Programação Perfeita, assim como possível assistência técnica a projetos demonstrativos a serem definidos pelo governo para SANEAMENTO (drenagem, esgotos e gestão de resíduos sólidos), INFRAESTRUTURA (energias renováveis, vias/transporte e economia azul, com foco no turismo responsável) e BAIROS/VILAS JOVENS (habitação, equipamentos públicos de saúde, educação e proteção social e espaços públicos).

Os instrumentos 6Ps propõem o alinhamento do quadro legal, institucional e programático às agendas globais de desenvolvimento, de maneira que a Política Externa esteja a serviço do desenvolvimento de maneira efetiva, além da abordagem participativa na Planificação e Programação, como exercício de aprofundamento do estado de direito democrático. Por outro lado, os projetos demonstrativos se estruturam em setores perfeitamente alinhados às prioridades de Crescimento robusto e criação acelerada de empregos e de Melhoria da qualidade de saúde e proteção social.

Para isto, o MOPIRNA, com apoio do Gabinete da Coordenadora Residente das Nações Unidas, identificou os fundos da cooperação bilateral entre o MOPIRNA e o Ministério do Ambiente Terrestre e Marítimo da República Italiana como os recursos para consecução destes objetivos, com a disponibilização de EUR 500 mil (quinhentos mil euros) anuais para a formulação de instrumentos 6Ps, a serem geridos pelo UN-Habitat, e de EUR 1,5 milhões (um milhão e quinhentos mil euros) anuais para a implementação de projetos prioritários a serem geridos pelo MOPIRNA.

A tabela ao lado detalha o orçamento estimado para o Programa de Maio de 2019 a Dezembro de 2021, com base na dotação orçamental atual, que poderá ser incrementada e demandar revisão.

9. Cronograma de Trabalho

O presente HCPD respeitará o seguinte cronograma de condução de atividades.



FIG 18. Ilha do Príncipe
© Felix Vollmann/UN-Habitat


10. Conclusão

O HCPD para São Tomé e Príncipe reflete as prioridades programáticas do Governo e visa acelerar a sua implementação por meio de um alinhamento dos instrumentos de política, planeamento e programação às agendas globais de desenvolvimento, de maneira que São Tomé e Príncipe possa utilizar a Política Externa ao serviço do desenvolvimento. Propõe ainda uma abordagem de planificação participativa de maneira a contribuir para o aprofundamento do estado de direito democrático. Estes instrumentos de planificação e governação estão em alinhamento com o Plano Estratégico 2020-2025 do UN-Habitat e do UNDAF 2017-2021.

O HCPD é o resultado de consultas internas e externas realizadas com a equipa e parceiros a nível nacional e com colaboradores do UN-Habitat no Escritório Regional para a África e nas Unidades Temáticas da Sede. O HCPD alinha-se especialmente com as prioridades do MOPIRINA, mas também cabe destacar o MPFEA e o MAPDR.

Espera-se que o HCPD seja providencial para fornecer apoio às políticas e à implementação do Programa do Governo, na direção do desenvolvimento urbano sustentável de São Tomé e Príncipe, contribuindo para o crescimento robusto do país e para a melhoria de condições de vida da sua população. Para maximizar o impacto deste exercício e garantir a replicabilidade do mesmo, a mobilização contínua de recursos será crucial. Para o efeito, UN-Habitat conta com o apoio do Governo, dos parceiros de desenvolvimento de STP e de todas as Agências do Sistema das Nações Unidas.

Lista de Acrónimos e Siglas

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
HCPD	UN-Habitat Country Programme Document - Documento do Programa País do UN-Habitat
HPM	UN-Habitat Country Programme Manager - Gestor do Escritório do UN-Habitat no país
HQ	Headquarters – Sede
Habitat III	Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável
HoP	Head of Programme – Chefe de Programa
ILO	International Labor Organization – Organização Internacional do Trabalho
IMELS	Ministério do Ambiente Terrestre e Marítimo – Itália
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Prosperidade das Cidades
MADER	Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MPFEA	Ministério do Plano, Finanças e Economia Azul
MOPIRNA	Ministério de Obras Públicas, Infraestrutura, Recursos Naturais e Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAM	Programa Alimentar Mundial
ROAf	Regional Office for Africa – Escritório Regional para África
SDF	Spatial Development Framework – Quadro de Desenvolvimento Espacial
STP	São Tomé e Príncipe
UE	União Europeia
UN	United Nations – Nações Unidas
UN-Habitat Humanos	United Nations Human Settlements Programme – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos 
UNCT	United Nations Country Team – Equipa País das Nações Unidas
UNDAF	United Nations Development Assistance Framework – Quadro da Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe
PNUD	United Nations Development Programme
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para População
WB	World Bank – Banco Mundial



UN HABITAT

POR UM FUTURO URBANO MELHOR

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

Escritório Regional para África (ROAf)

Escritório do UN-Habitat em São Tomé e Príncipe

Avenida das Nações Unidas - Edifício das Nações Unidas, 1º andar P.O. Box: 109 - São Tomé - STP

www.facebook.com/UNHabitatSTP